

CONSEQÜÊNCIAS PRETENDIDAS: CONTROLE POPULACIONAL, ABORTO, E O GOVERNO FEDERAL NA AMÉRICA MODERNA

Donald T. Critchlow
New York, Oxford
Oxford University Press 1999, 307 pgs.

RESENHA

INTRODUÇÃO

Em 1997 o financiamento federal e estadual para o planejamento familiar, incluindo a contracepção, esterilização e o aborto terapêutico, ultrapassava os \$700 milhões anuais. O moderno movimento de planejamento familiar nos Estados Unidos emergiu de duas preocupações distintas, a superpopulação e o direito das mulheres à legalização do controle dos nascimentos. O impulso primário da política federal de planejamento familiar partiu inicialmente daqueles que acreditavam que a superpopulação ameaçava a estabilidade social, econômica e política dos Estados Unidos e do mundo. Desde o início, alguns expoentes da linha dura do controle populacional tais como Hugh Moore, o fundador do Comitê da Crise Populacional, acreditavam que medidas mais coercitivas eram necessárias para controlar a taxa do crescimento populacional. Outros, especialmente os peritos em ciências sociais, consideravam Moore um "histórico" e freqüentemente um empecilho ao movimento.

Enquanto as diferenças dentro dos círculos do planejamento familiar se evidenciavam à medida em que o movimento tomava forma, um homem se transformou no pivô da unificação do movimento e na orquestração da campanha para a mudança da política federal neste tema, John D. Rockefeller 3º, o neto do magnata do petróleo John D. Rockefeller. Rockefeller 3º organizou o Conselho Populacional em 1952 para desenvolver a pesquisa médica em reprodução e para treinar peritos em demografia e em questões populacionais que pudessem ser empregados nas nações em desenvolvimento no mundo, encarando o Conselho Populacional como o meio de suscitar a liderança para um movimento que era dominado por pessoas que ele considerava como "alarmistas", tais como Moore. Junto com a Fundação Ford, o Conselho Populacional desempenhou um papel de importância no estabelecimento de uma rede internacional de peritos que comungavam um conjunto de hipóteses sobre superpopulação e intervenções técnicas.

Ao mesmo tempo a Planned Parenthood Federation of America, [hoje a instituição proprietária de um quinto das clínicas de aborto em funcionamento nos Estados Unidos], sob

a direção de Alan Guttmacher e Cass Canfield, continuou a defender o controle de nascimentos, primariamente como um assunto de direito da mulher. Dentro da Planned Parenthood, entretanto, os defensores do controle populacional sempre encontraram um lugar de importância. Estes indivíduos e organizações formaram uma rede política que se tornou a base do movimento populacional.

A decisão *Roe v. Wade* da Suprema Corte em 1973, [que tornou o aborto legal em todo o território americano durante todos os nove meses da gravidez], somente intensificou a crescente polarização sobre o tema do aborto. O aborto transformou a discussão em um debate de "direitos", com os proponentes da legalização do aborto sustentando os direitos das mulheres e os ativistas anti aborto proclamando os direitos do feto. No processo, a superpopulação se tornou menos importante como preocupação política, mas nunca saiu completamente da agenda política.

Ao mesmo tempo em que a legalização do aborto emergia como um importante tema político, muitos peritos em população levantaram dúvidas sobre a eficiência dos programas tradicionais de planejamento familiar. Dentro do movimento populacional nos Estados Unidos, muitos ativistas achavam que o planejamento familiar voluntário havia fracassado em sua tentativa de diminuir a taxa de crescimento populacional. Tais críticas dos programas de planejamento familiar tradicionais se tornaram evidentes na Conferência Mundial sobre População da ONU, ocorrida em Bucareste, em 1974. Depois da Conferência de Bucareste, o Conselho Populacional, depois de muita discussão, endossou o aborto como uma medida de controle de nascimentos. Depois da Conferência de Bucareste também o envolvimento ativo de Rockefeller no Conselho Populacional foi gradualmente diminuindo. Ele deixou para outros a direção da organização para poder dedicar-se pessoalmente cada vez mais ao direito ao aborto e à educação sexual. Como consequência, ele passou a ser um dos principais financiadores dos grupos de ativistas envolvidos nas lutas legais e políticas na defesa da legalização do aborto. Ao mesmo tempo ele fundou um grande número de projetos de educação sexual. Em 1974 ele havia chegado à conclusão de que qualquer mudança permanente na política dependia em última análise da mudança das atitudes dos povos em relação à sexualidade. Esta preocupação com a educação sexual levou Rockefeller a financiar projetos envolvendo os direitos homossexuais. Como consequência, Rockefeller passou a compartilhar a perspectiva de muitos dentro do movimento a favor do aborto de que os direitos reprodutivos envolviam temas muito mais amplos relacionados com políticas de gênero e sexualidade. A emergência dos movimentos a favor e contra o aborto no final dos anos 60 e no início dos anos 70 somente intensificou as divisões culturais e religiosas relacionadas com estas mudanças sociais subjacentes. Por volta de 1980 ficou claro que os americanos estavam envolvidos naquilo que o sociólogo James Hunter chamou de "guerra cultural". A mudança da política do planejamento familiar a nível federal ocorria dentro do contexto de uma "revolução sexual" evidenciada na mudança de atitudes em relação aos costumes sexuais, o comportamento e a própria sexualidade. Mais ainda, muitos dos defensores das políticas federais de planejamento familiar consideravam bem vinda a revolução sexual. E muito mais ainda, homens e mulheres como John D. Rockefeller 3º e Mary Calderone se tornaram ativamente envolvidos no estabelecimento de programas de educação sexual concebidos explicitamente com o objetivo de mudar as atitudes dos americanos em relação ao sexo e à

sexualidade. Uma parte integral destes programas consistia em uma tentativa de mudar os costumes sexuais dos americanos e as atitudes culturais para com as políticas de gênero e a homossexualidade.

ROCKEFELLER PROMOVE A EDUCAÇÃO SEXUAL E DEFENDE O DIREITO AO ABORTO

Quando John D. Rockefeller 3º deixou a presidência do Comitê de Direção do Conselho Populacional em Junho de 1978, um mês antes de sua trágica morte, o Conselho Populacional já havia adotado a agenda que ele havia pedido quatro anos antes no seu discurso [no evento paralelo que as organizações Rockefeller haviam promovido por ocasião da Conferência Mundial de População]. Ao fazer isto, o Conselho Populacional retomou o seu enfoque internacionalista. Rockefeller, enquanto permanecia vigilante em relação ao Conselho Populacional, tinha seu interesse cada vez mais voltado para assuntos internos aos Estados Unidos relacionados com a política do aborto e a educação sexual. [No início dos anos setenta Rockefeller, nomeado pelo governo federal americano, havia presidido a Comissão sobre o Crescimento da População e o Futuro da América. O trabalho da Comissão levou à elaboração do documento NSSM-200, também conhecido como Relatório Kissinger. O documento considerava o controle populacional mundial como assunto de segurança nacional para os Estados Unidos e apresentava uma estratégia detalhada sobre como os Estados Unidos deveriam promover agressivamente o controle populacional nos países em desenvolvimento. O documento indicava as seguintes 13 nações como alvo prioritário deste trabalho: Índia, Bangladesh, Paquistão, Nigéria, México, Indonésia, Brasil, Filipinas, Tailândia, Egito, Turquia, Etiópia e Colômbia. Segundo o relatório, deveria ser considerado que "nenhum país havia conseguido reduzir seu crescimento populacional sem recorrer ao aborto" e que a implementação dos programas de controle populacional poderia incluir a legalização do aborto, o incentivo financeiro para que os países aumentassem suas taxas de aborto, esterilização e contracepção, a educação infantil e o controle populacional obrigatório, sob a forma de privação de ajuda externa a menos que os países em desenvolvimento implementassem programas de controle populacional. O relatório recomendava também que os Estados Unidos, para evitar acusações de imperialismo, ocultassem suas atividades de controle populacional através do envolvimento das ONU e de várias organizações não governamentais para a implementação de políticas específicas]. [A experiência de Rockefeller à frente da Comissão sobre o Crescimento da População e o Futuro da América mostrou-lhe o quanto os políticos americanos estavam reticentes em adotar e implementar as recomendações do relatório por causa das possíveis repercussões dos eleitores]. [O receio dos políticos diante da possível] reação do público ao relatório revelou a Rockefeller a importância de mudar a opinião pública no que dizia respeito a estes temas críticos. Se por um lado Rockefeller continuava preocupado com a questão populacional, ele não mais apresentava seus argumentos a favor do aborto em termos de controle populacional. Em vez disso ele passou a apresentar o aborto como um direito das mulheres. Já com sessenta e sete anos em 1973, Rockefeller jogou-se de coração e alma na questão do aborto e da educação sexual. Durante os anos restantes de sua vida financiou entusiasticamente organizações e grupos de ativistas que se

mobilizavam para defender a legalização do aborto. A Fundação Ford uniu-se a Rockefeller no financiamento das atividades pro aborto. Como consequência, estas fundações passaram a disponibilizar doações em dinheiro para financiar os trabalhos de desafiar legalmente o aborto e as campanhas para "abolir a discriminação contra as mulheres pobres na disponibilidade dos serviços de aborto". Para "diminuir o impacto divisivo do debate sobre o aborto nos Estados Unidos", as fundações criaram doações para o financiamento de grupos religiosos a favor do aborto, incluindo as Católicas pelo Direito de Decidir e a Coalisão Religiosa pelos Direitos do Aborto.

Em seu próprio trabalho, Rockefeller acompanhava de perto as atividades da Fundação Ford, com frequência coordenando sua atividade filantrópica com os financiamentos da Fundação Ford ao direito ao aborto legal. Outras organizações filantrópicas se juntaram a este trabalho, incluindo o Fundo dos Irmãos Rockefeller, o Fundo Scaife, a Fundação Packard, a Fundação Mott, a Fundação Kellogg, e o Comitê Unido Metodista da Igreja e Sociedade, assim como vários outros grupos e indivíduos que financiaram a causa a favor do aborto. Como pressuposto deste engajamento na defesa do direito ao aborto, Rockefeller acreditava que a ignorância e os mitos sobre sexualidade eram disseminados na sociedade americana. Agindo por este pressuposto, Rockefeller financiou programas de educação sexual e direitos homossexuais.

O interesse de Rockefeller na educação sexual o conduziu a envolver-se ativamente no financiamento dos direitos homossexuais. Em 1977 ele envolveu-se ativamente no levantamento de fundos para financiar um filme para a televisão educativa dirigido por um pioneiro produtor cinematográfico homossexual chamado Peter Adair. Com o título "Quem Somos Nós?" o filme começou como um projeto para "fornecer modelos de papéis positivos para jovens gays e para desfazer estereótipos errôneos sustentados tanto por gays como não-gays". O filme mostrava oito homossexuais de vários tipos de vida, incluindo uma lésbica de setenta e dois anos de idade, um trabalhador de fábrica, um advogado e uma atriz. Encorajado pela antropóloga Margaret Mead, que havia revisto o primeiro filme de Adair, "O Povo Fantasma", Rockefeller envolveu-se pessoalmente no levantamento dos fundos necessário para produzir um documentário de uma hora de duração para a WNET na televisão pública de Nova York. Para levantar este dinheiro ele patrocinou sessões do filme para líderes civis e religiosos da comunidade em seu escritório no Rockefeller Center.

Rockefeller encarava a homossexualidade e a educação sexual como fatores de mudança para contexto cultural da política do aborto e do planejamento familiar na moderna América. Ele acreditava que a Comissão Rockefeller sobre Crescimento Populacional e o Futuro da América, [que conduziu à apresentação do Relatório Kissinger ao governo Federal Americano, o qual defendia que a promoção internacional do controle populacional deveria ser considerada pelos Estados Unidos como matéria de segurança nacional], havia falhado [em ser aceita pelos políticos] não por causa da baixeza da administração Nixon, mas pela incapacidade de conquistar um público intransigente e não esclarecido. Mudar a atitude pública para com a sexualidade significava um problema de longo alcance e, enquanto isso, o direito ao aborto necessitava ser protegido imediatamente através da educação pública e uma campanha política bem orquestrada.

Rockefeller acreditava que os grupos religiosos continuavam desempenhando um papel central na batalha política pelo aborto. Por causa disso, Rockefeller financiou a mobilização de organizações religiosas pró aborto tais como as Católicas pelo Direito de Decidir, as Alternativas Católicas, e a Coalisão Religiosa pelo Direito ao Aborto (RCAR: Religious Coalition for Abortion Rights). Ele considerava estes grupos como necessários para deter a crescente influência do movimento anti aborto dentro da Igreja Católica Romana. Já no início dos anos 70 ele havia concluído, junto com outros ativistas a favor do aborto, que a Igreja Católica havia-se tornado a principal ameaça ao aborto legal na América.

Para enfrentar a crescente influência do movimento anti aborto no Congresso, Rockefeller repetiu uma tática que lhe havia servido bem no debate populacional, que consistia em cultivar uma amizade pessoal com católicos liberais. Ele havia sido durante muito tempo financiador de Daniel Callahan, a quem havia ajudado a fundar um Instituto para a Sociedade, a Ética e as Ciências da Vida, [uma instituição fundada para investigar os aspectos morais, éticos e legais envolvidos na eutanásia, engenharia genética, controle de comportamento, controle populacional e controle avançado de doenças]. Durante este período Rockefeller estreitou amizade com o [padre] Theodore Hesburgh [presidente da Universidade de] Notre Dame, mesmo apesar de que Hesburgh sustentava estar de acordo com a posição antiaborto da Igreja. [Em outubro de 1962, aparentemente por iniciativa do próprio Rev. Hesburgh, o Conselho Populacional havia concedido uma doação para financiar uma conferência de dois dias na Universidade de Notre Dame reunindo representantes de varias religiões para discutirem o problema do crescimento populacional. A primeira Conferência de Notre Dame sobre População, graças a esta doação, ocorreu no início de 1963]. [Foi o Rev. Hesburgh quem, a pedido do próprio Rockefeller que desejava discutir com o Papa longa e seriamente a questão populacional, obteve para Rockefeller, através do Monsenhor Paul Marcinkus, uma audiência com Paulo VI ocorrida no Vaticano em julho de 1965. Já antes disso Rockefeller havia criado uma comissão especial em Roma para estudar a posição da Igreja em questões populacionais, pois à época parecia-lhe que Paulo VI poderia aprofundar as tendências liberais de João XXIII. No encontro, do qual Rockefeller afirmou que Paulo VI havia sido "caloroso e cordial, ouvindo-o com muita atenção e intercalando seus próprios comentários", ele expôs ao Papa a sua posição moral sobre a questão populacional, a urgência do problema, a possibilidade da Igreja aceitar novos métodos de controle de nascimentos e a preocupação dos líderes mundiais sobre o problema. Nos três anos seguintes houve cinco trocas de longas correspondências entre Rockefeller e o Papa sobre a questão populacional, a qual foi definitivamente encerrada por iniciativa de Rockefeller quando da publicação de Paulo VI de sua encíclica *Humanae Vitae* em 1967]. As relações entre Hesburgh e Rockefeller se tornaram difíceis em 1976 quando o padre James Burtchaell, considerado por muitos como o aparente herdeiro de Hesburgh, criticou publicamente Rockefeller pelo seu artigo na *Newsweek* defendendo a legalização do aborto. Hesburgh, para aliviar as tensões, conseguiu que Burtchaell voasse para Nova York para encontrar-se com Rockefeller e ambos pudessem discutir as suas diferenças. Burtchaell disse a Rockefeller que ele tinha críticas à *Humanae Vitae* e que ele havia-se pessoalmente dissociado do movimento pelo direito à vida, "chocado pelo seu emocionalismo em relação à questão do aborto que impedia uma discussão racional e soluções razoáveis". Acrescentando que a Igreja "não se posiciona mais com uma única voz

em muitas matérias", propôs a Rockefeller que financiasse a criação de um pequeno grupo sob a supervisão da Universidade de Notre Dame e a Fundação Rockefeller para discutir o problema do aborto. Rockefeller encorajou-o a dirigir seu pedido diretamente à Fundação, acrescentando, porém, que esperava que o padre "não mais escreva cartas como a primeira que havia enviado, pois ambos estamos empenhados em encontrar soluções e pessoas como nós não devem tomar decisões rígidas e intempestivas que acabam por mostrar-se danosas à causa maior da justiça social na qual acreditamos".

Mas os esforços de Rockefeller para mobilizar os católicos liberais na questão do aborto estenderam-se além das amizades com os católicos liberais na Universidade de Notre Dame. Ele conseguiu uma grande doação para a fundação das Católicas pelo Direito de Decidir, um lobby [abertamente] pro aborto que procurou influenciar o Congresso e a opinião católica tendo como público alvo os jovens, a comunidade portoriquenha e mulheres mais idosas.

[Os textos entre colchetes são complementos acrescentados que não pertencem ao texto original].